



Carlos Goulart

Presidente Executivo da
ABIMED – Associação
Brasileira da Indústria
de Alta Tecnologia de
Produtos para Saúde.

Um gargalo explosivo nos **PORTOS E AEROPORTOS DO PAÍS**

Neste contexto desafiador que vivemos no país nestes últimos tempos, marcado ainda por uma grande insegurança em relação ao futuro próximo, aparece mais um elemento crítico que vem afetar fortemente a combatida área da Saúde. Trata-se da demora para liberação de produtos para saúde nos portos, aeroportos e fronteiras que estão sob responsabilidade da agência sanitária.

Quando a Anvisa foi fundada em 1999, aproximadamente 1500 funcionários de outros ministérios foram transferidos para a agência e alocados em cerca de 80 unidades denominadas PAF (Portos, Aeroportos e Fronteiras). É de amplo conhecimento o vigoroso crescimento do Brasil, puxado também pelos bons ventos no comércio mundial, no período que antecedeu a crise dos tempos atuais.

Foram anos nos quais a área da Saúde experimentou um crescimento ainda mais vigoroso devido ao fortalecimento do Real, que tornou as importações mais baratas; ao aumento do emprego, que ampliou a procura por planos privados de saúde, e ao crescimento das arrecadações de impostos, que fortaleceu as despesas na área pública.

No entanto, apesar do aumento da demanda que esses fatores promoveram, triplicando o volume de importações e exportações, a força de trabalho da Anvisa seguiu caminho oposto: os funcionários dos PAFs que se aposentavam não puderam ser repostos, pelo simples fato de não

serem concursados, criando um grande vácuo de mão de obra que hoje está se acentuando assustadoramente.

Como consequência, o tempo de liberação de uma guia de importação, que tradicionalmente girava ao redor de cinco dias, tem subido sistematicamente ao longo tempo e, hoje, demora mais de 50 dias nos principais portos e aeroportos do país.

As consequências negativas são sentidas por todos. Hospitais e clínicas podem ficar desabastecidas prejudicando o maior implicado, que é o paciente. A indústria passa a arcar com expressivos aumentos de gastos, como o pagamento de sobre-estadia nos portos e aeroportos, multas pelo não cumprimento de contratos com clientes, além do aumento de custos financeiros quando se veem obrigadas a ampliar estoques para contrabalançar os problemas causados pelos atrasos.

Como esta demora também afeta a importação de insumos, componentes e matérias-primas para as fábricas nacionais, o efeito se torna ainda mais deletério para a economia, pois neste momento que, em tese, seria propício às exportações, o que vemos são fábricas reduzindo drasticamente sua produção ou até mesmo fechando temporariamente as portas por falta de insumos.

O fato é de amplo conhecimento das autoridades e há tempos a Anvisa, juntamente com os segmentos envolvidos, vem buscando alternativas de solução. Algumas já estão sendo longamente

discutidas, como a melhora do claudicante sistema de tecnologia de informação, implantação do portal único e melhor integração com os sistemas da receita federal.

Outras, como as forças-tarefas adotadas recentemente, têm apresentado resultados satisfatórios, mas são medidas paliativas para apagar incêndio, soluções de curtíssimo prazo e focadas em poucos aeroportos.

Os segmentos afetados têm se reunido periodicamente em busca de soluções permanentes, envolvendo inclusive as esferas políticas.

Entre as diversas medidas propostas, duas se mostram fundamentais como pilares para solução de longo prazo. Uma delas é a implantação de um sistema de agilização das licenças de importação/exportação com base no critério de

análise de risco fundamentado no histórico das empresas. Essa medida já foi implantada com sucesso na esfera da Receita Federal sob a denominação de Linha Azul.

Outra medida que pode ser adotada imediatamente: há um projeto de lei que prevê o aumento do quadro de servidores na esfera federal, com destinação de 180 vagas para a Anvisa. Este projeto, já aprovado na Câmara, foi para o Senado no final do ano passado e aguarda votação sob o número PLC 99/15.

Estes dois itens sintetizam o foco da discussão de todos envolvidos, incluindo a própria vigilância sanitária. É a única alternativa, fora da esfera judicial, para vencer este perverso gargalo que afeta a indústria, os pacientes e a saúde de toda a população. ■

Tenha a mais completa avaliação de desempenho do seu corpo clínico. Conheça a solução GPS.2iM®.


www.2im.com.br



Reúna, analise e monitore diferentes indicadores de desempenho da saúde, centrados na qualidade da assistência ao paciente. **GPS.2iM®** é uma solução completa para avaliar a performance de profissionais e prestadores de serviços em hospitais, clínicas, planos de saúde e SUS. **Saiba mais em www.2im.com.br**